



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Análise do Perfil de Mulheres Atendidas no CRAMSV de Vitória/ES

Profile Analysis of Women Assisted at the CRAMSV in Vitória/ES

Eduarda Machado Tebaldi¹
Lorena Cunha do Nascimento²
Jossiane Teixeira de Oliveira³
Adriana Ilha⁴

Eixo Temático: 5 - Gênero, sexualidade e violência doméstica

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge da experiência adquirida durante o estágio curricular obrigatório realizado no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMSV), em Vitória/ES. A vivência nesse espaço permitiu o contato direto com a realidade das mulheres atendidas e com os desafios enfrentados na rede de enfrentamento à violência de gênero. O estudo se ancora também no contexto local: Vitória apresenta altos índices de violência contra a mulher, figurando em posição preocupante no Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015). Diante disso, optamos por analisar dados do CRAMSV no período de 2019 a 2023, com o intuito de contribuir para o fortalecimento das políticas de proteção às mulheres em situação de violência.

2. DESENVOLVIMENTO

A violência contra a mulher é um fenômeno social complexo que demanda ações integradas para sua erradicação (Brasil, 2016). A Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011) define a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres como uma articulação entre instituições governamentais, não-governamentais e a comunidade, com o objetivo de desenvolver estratégias de prevenção e garantir a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às vítimas (Brasil, 2011). O CRAMSV de Vitória, por sua vez, é um dos serviços especializados criados a partir da Lei Maria da Penha, que tem como objetivo garantir o enfrentamento da situação de violência vivenciada pela mulher atendida, respeitando seu direito à autodeterminação (PMV, 2023).

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: eduardatebaldi@gmail.com.

² Assistente Social formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: lorenacunha.as@gmail.com.

³ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
Email: jossianeoliveira@hotmail.com

⁴ Orientadora pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Departamento de Serviço Social. Email:
adrianailhaufes@gmail.com



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Para além do entendimento da rede, é importante enfatizar que compreender o perfil das mulheres em situação de violência é essencial para o aprimoramento da rede de enfrentamento, permitindo a formulação de políticas públicas mais eficazes e adequadas à realidade das vítimas (Gadoni-Costa *et al*, 2011). Em se tratando da presente pesquisa, a análise dos dados revelou que a maioria das mulheres atendidas pelo CRAMSV se autodeclararam negras, heterossexuais, evangélicas, com idade entre 31 e 40 anos, escolaridade até o Ensino Médio e renda de até um salário mínimo. A região de Maruípe concentrou a maior parte das usuárias. As violências mais frequentes foram a psicológica e a física, praticadas principalmente por ex-companheiros. Observou-se que o setor da saúde é a principal porta de entrada para o CRAMSV, o que aponta para a importância da capacitação dos profissionais da saúde na identificação e encaminhamento dos casos. A principal porta de saída é a Defensoria Pública, indicando a demanda central por assistência jurídica.

Esses dados evidenciam a potência da intersetorialidade no cotidiano da rede, reforçando a necessidade de articulação efetiva entre os serviços e de compreensão aprofundada do perfil das mulheres para um acolhimento mais qualificado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que a violência contra a mulher é um fenômeno complexo, atravessado por determinantes históricos, sociais, culturais e econômicos. Embora existam instrumentos legais como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), os dados revelam fragilidades na efetivação de uma rede de atendimento articulada e responsiva às necessidades das usuárias. Dessa forma, torna-se urgente fortalecer a intersetorialidade, garantir formação continuada das equipes e formular políticas públicas que levem em conta o perfil real das mulheres em situação de violência. Compreender quem são essas usuárias e como acessam (ou não) os serviços é fundamental para romper com o ciclo de violência e promover atendimento humanizado, eficiente e baseado na garantia de direitos.

Este trabalho se insere no **Eixo 5 - Gênero, sexualidade e violência doméstica**, pois contribui para o debate sobre as dinâmicas de gênero que estruturam a violência doméstica. A partir da análise dos dados e da atuação de um serviço especializado como o CRAMSV, evidenciamos como os marcadores de gênero e raça atravessam a realidade das mulheres em situação de violência, e como a rede de enfrentamento ainda encontra desafios para oferecer proteção integral. Assim, o estudo reafirma a urgência de políticas públicas que assegurem às mulheres condições concretas de proteção,



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

autonomia e dignidade.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/publicacoes/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/rede-enfrentamento-violencia-mulher.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GADONI-COSTA, Lila Maria; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Mulheres em situação de violência doméstica: vitimização e coping. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 2, n. 2, p. 151-159, 2009. Disponível em: <https://www.fumec.br/revistas/gerais/article/view/317>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CRAMSV. Vitória, atualizado em 30 jun. 2023. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/semcid/centro-de-referencia-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia>. Acesso em: 15 jul. 2025.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil. Brasil, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.
